

perspectivas de crescimento, avalia Neves

Perfil



FOTOS: DANI BARCELLOS/ESPECIAL/JC

Ricardo Neves Pereira é auditor fiscal da Receita Estadual da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (Sefaz) e ocupa o cargo de subsecretário da Receita Estadual. É formado em Ciências de Computação (Ufrgs/1990) e Ciências Jurídicas e Sociais (Ufrgs/1999). Possui pós-Graduação em Formação de Gestores em Sistemas de Informação (Ufrgs/2000), em Tecnologia de

Informação e Comunicação na Administração (Inap/Espanha/2004), especialização em Gestão Fazendária (Pucrs/2005), em Web e Sistemas de Informação (Ufrgs/2006) em Gerenciamento de Projetos com ênfase em Tecnologia da Informação (Pucrs/2011). Atualmente é representante suplente do Rio Grande do Sul no Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS.

operação, a gente garante que aquele valor foi recolhido, foi pago ou foi liquidado de alguma maneira.

JC - Isso agiliza os pagamentos tributários e previne a inadimplência?

Neves - Agiliza e diminui (a inadimplência). É interessante que estive agora em um congresso de administrações tributárias e o mundo inteiro está olhando para esse modelo, que a gente chama de split payment, que é o pagamento no momento da operação. Então, vão ter várias maneiras de fazer esse pagamento no momento da operação, mas uma delas vai ser essa que eu falei agora: o comprador vai lá e paga. E futuramente, que é o que estamos construindo no modelo do split com as instituições financeiras, é que no momento que você vai passar o seu cartão de crédito, o seu cartão de débito ou fazer o pagamento do boleto, a gente já vai ter o recolhimento de parte do tributo daquela operação. Não tem esse processo intermediário, que é o que gera, muitas vezes, essa questão de a empresa não ter caixa para recolher o tributo no final do mês e aca-

ba atrasando o tributo, ou por realmente ter dificuldades financeiras ou deliberadamente, que daí vira o famoso devedor contumaz - o cara faz porque ele quer ganhar uma vantagem em cima daquilo ali.

JC - E o sistema de distribuição, que o senhor mencionou anteriormente, como funciona?

Neves - O RS se posicionou para fazer o sistema de apuração, o sistema de arrecadação - que envolve a criação, e a gente já criou, de uma guia de arrecadação nova nacional - e o sistema de distribuição. O que é distribuição? Esse dinheiro que subiu para o Comitê vai ter um critério para poder ser disponibilizado para os entes federados, sejam os estados, sejam os municípios, e daí tem toda uma complexidade de cálculo. Como o imposto vai para o consumo, a gente vai ter que buscar saber quanto foi consumido em cada unidade (federativa) para que cada unidade receba aquilo que é de direito. Claro que tudo isso é lá no final da transição, e temos 50 anos de transição. Então, no início, até para evitar uma preocupação que às vezes

os municípios têm, para evitar que haja uma preocupação (do ente federado) de: 'vou diminuir a minha receita'; 'amanhã vai ser diferente'. Não, não vai acontecer isso, porque a transição prevê que 80% de tudo que for arrecadado no início - começa com 90% e vai baixando até a transição completa nos 50 anos - é feito de acordo com a participação atual dos entes nos bolos de tributários, ou seja, no mínimo 90% vão estar garantidos que vai ser exatamente como está. E ainda assim tem o seguro receita. O seguro diz o seguinte: mesmo assim, se essa transição tiver alguma diferença que possa ser significativa, ainda tem um percentual que está sendo reservado para poder cobrir os municípios e os estados que têm alguma diferença. Porque a gente acredita que, com a reforma tributária, a economia toda vai ficar muito dinâmica e a economia crescendo, o bolo cresce. O bolo cresce, e, mesmo que tenha uma parcela menor, vai ser uma parcela um pouquinho menor de um bolo maior. E, tendo essa parcela menor de um bolo maior, a economia como

um todo gira melhor.

JC - A principal mudança da reforma é passar a cobrar o tributo no local do consumo, ao invés do local da produção, como é hoje. Como isso impacta o Rio Grande do Sul e os municípios pequenos, que se caracterizam por serem produtores e não consumidores? Tem que repensar a forma de entender o Estado?

Neves - Tem. Todos os estados já estão fazendo isso, todos os municípios, que é tentar compreender como a dinâmica econômica vai ter que ser tratada diante dessa mudança do perfil de tributação. Um dos motivos da reforma tributária foi acabar com a guerra fiscal. Ou seja, ficavam os estados e municípios brigando para tentar dizer: instala aqui (a produção) porque eu vou reduzir o teu imposto aqui ao máximo. Isso acabava gerando uma corrida ao fundo do poço. Então, isso foi um dos motivos pelos quais a reforma tributária foi feita, para acabar com esse tipo de problema, que é a guerra fiscal, uma concorrência entre os entes federados. Nesse sentido, como não vai ter isso e o imposto vai ser mais neutro, o que os estados estão se preocupando, estão trabalhando, e os municípios também? Nós vamos precisar ter instrumentos financeiros, orçamentários, para poder apoiar algumas atividades. Nisso aí, os estados estão, e inclusive o Rio Grande do Sul, trabalhando com a ideia de ter fundos - fundos soberanos, fundos para poder apoiar investimentos, com critérios objetivos - que permitam a gente dizer: esse setor aqui é um setor que tem que ser incentivado para que a gente possa garantir uma permanência do setor aqui ou manter a competitividade do setor ou dessas empresas aqui no estado do Rio Grande do Sul. Alguns setores são muito estratégicos e hoje dependem dos benefícios fiscais. Só que essa transição é de 50 anos, mas a gente tem que se preocupar com isso.

JC - Há disputa política entre os estados neste momento de implementação da reforma tributária?

Neves - Eu acho que a reforma foi bem pensada para que ela mitigasse um pouco esse tipo de problema. Eu acho que, no geral, tanto pelo processo de transição ao longo do tempo com a perspectiva de um crescimento econômico maior, que vai facilitar um pouco essa distribuição melhor da riqueza nos entes federados. E existem os fundos de desenvolvimento regional que também

estão vinculados com a reforma tributária, que daí estados como São Paulo têm uma participação menor no fundo, e tem outros fundos para poder ajudar nessa descentralização da distribuição da riqueza. Então, eu acho que tem um certo equilíbrio. Eu não sei se poderia dizer que Rio (de Janeiro), São Paulo, eles vão ter vantagem. Todos os nossos cálculos falam em uma neutralidade, e que todos ganhariam nesse processo ao longo do tempo pelo crescimento econômico. Alguns estados vão perder um pouco mais porque são Estados mais exportadores, por exemplo, o Mato Grosso, que tem uma população pequena e vende muito para o resto do País.

JC - A tendência é que quase todos os estados tenham crescimento real da arrecadação?

Neves - Todos. As projeções todas que a gente tem ao longo do tempo é que, com o mínimo de crescimento econômico, a gente já consegue ter o mínimo de crescimento de todo mundo. Inclusive, tem um colega muito bom aqui, que é o Sérgio Gobetti. Ele é um dos mais respeitados no Brasil nessa área de estudos, de tributação, de arrecadações, etc. Ele trabalhou, inclusive, nas projeções da reforma tributária para o pessoal de Brasília. E todas as projeções que a gente faz, que a gente vê, que a gente discute com ele, os mínimos incrementos econômicos vão compensar qualquer outro tipo de perda, e perdas que a gente estava se aprofundando com essas guerras fiscais malucas. Então, assim, do ponto de vista de reforma tributária, eu acho que a gente está muito bem posicionado, a gente vai ter um futuro melhor. A gente vai entregar a reforma tributária, e acho que é uma coisa importante de reforçar também. Tem uma série de dúvidas: 'mas é complexo, é difícil'. Não, a gente vai entregar a reforma, porque a reforma está na Constituição, a reforma tem duas leis complementares e estamos trabalhando para fazer com que a reforma aconteça. Então, vão ter várias alternativas que nós vamos fazer.

JC - Observa algum ponto negativo na reforma tributária?

Neves - O negativo é que essa reforma deveria ter sido feita há mais tempo. A gente, desde que saiu a Constituição de 1988, lá em 1989 o pessoal já falava em reforma tributária. E a gente sabe a importância que é a reforma para a economia, para simplificar os processos, para que a gente pudesse fazer com que o Brasil como um todo ficasse atrativo, inclusive, para o capital estrangeiro.